

# O Tuiuti



BOLETIM PROFISSIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

2014 / Nº 118

## Previdência Militar Por Um Resgate Histórico





## O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Membro da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

### EDITOR

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel**  
Presidente da AHIMTB/RS  
Vice do IHTRGS  
[lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

### PROJETO GRÁFICO/DESIGN

**Fabricio Gustavo Dillenburg**  
Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis  
[nucleomilitar@gmail.com](mailto:nucleomilitar@gmail.com)

### ENDEREÇOS VIRTUAIS

[acadhistoria@gmail.com](mailto:acadhistoria@gmail.com)  
[www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

O informativo **O Tuiuti** é uma publicação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, seção Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é a divulgação dos trabalhos das duas entidades, bem como da História Militar e temas relacionados. Os textos publicados expressam única e exclusivamente a opinião dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AHIMTB/RS, do IHTRGS, da FAHIMTB, ou de seus membros, como um todo. O material publicado no informativo está protegido por Leis Internacionais de Copyright. Para publicação e/ou redistribuição, por favor, entre em contato com o Editor.



# EDITORIAL

Os temas deste número de O Tuiuti são relacionados a questões da atualidade.

A visão de Alexis de Tocqueville sobre Política e Democracia tornou-se um referencial global e merece destaque.

Outro tema de grande relevo atual é o da Segurança Pública, mormente agora que estamos no limiar de uma Copa Mundial de Futebol. Há muito, ainda a ser explorado nesse assunto, sobretudo no que diz respeito ao preparo e organização dos meios.

É fato que o fenômeno dos movimentos e protestos de meados do ano passado ainda não está bem explicado e está latente na sociedade brasileira. É como uma espada de Dâmocles dependurada em um fio de cabelo e pendendo sobre a cabeça dos dirigentes. Questão em aberto.

Completando, temos o trabalho do Cel Emílio sobre a Previdência Militar, assunto relevante não só na área militar mas também para os civis. Política, democracia, segurança e previdência são os assuntos que oferecemos ao nosso seletor público.

Um abraço a todos.

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel**  
Editor

# CONTEÚDO

## 4 PREVIDÊNCIA MILITAR

por Cel Emilio Joaquim de Oliveira

Uma análise histórica da importância da Previdência Militar, elemento fundamental na proteção familiar do militar.

## 10 TOCQUEVILLE E A DEMOCRACIA

por Alcides Leite

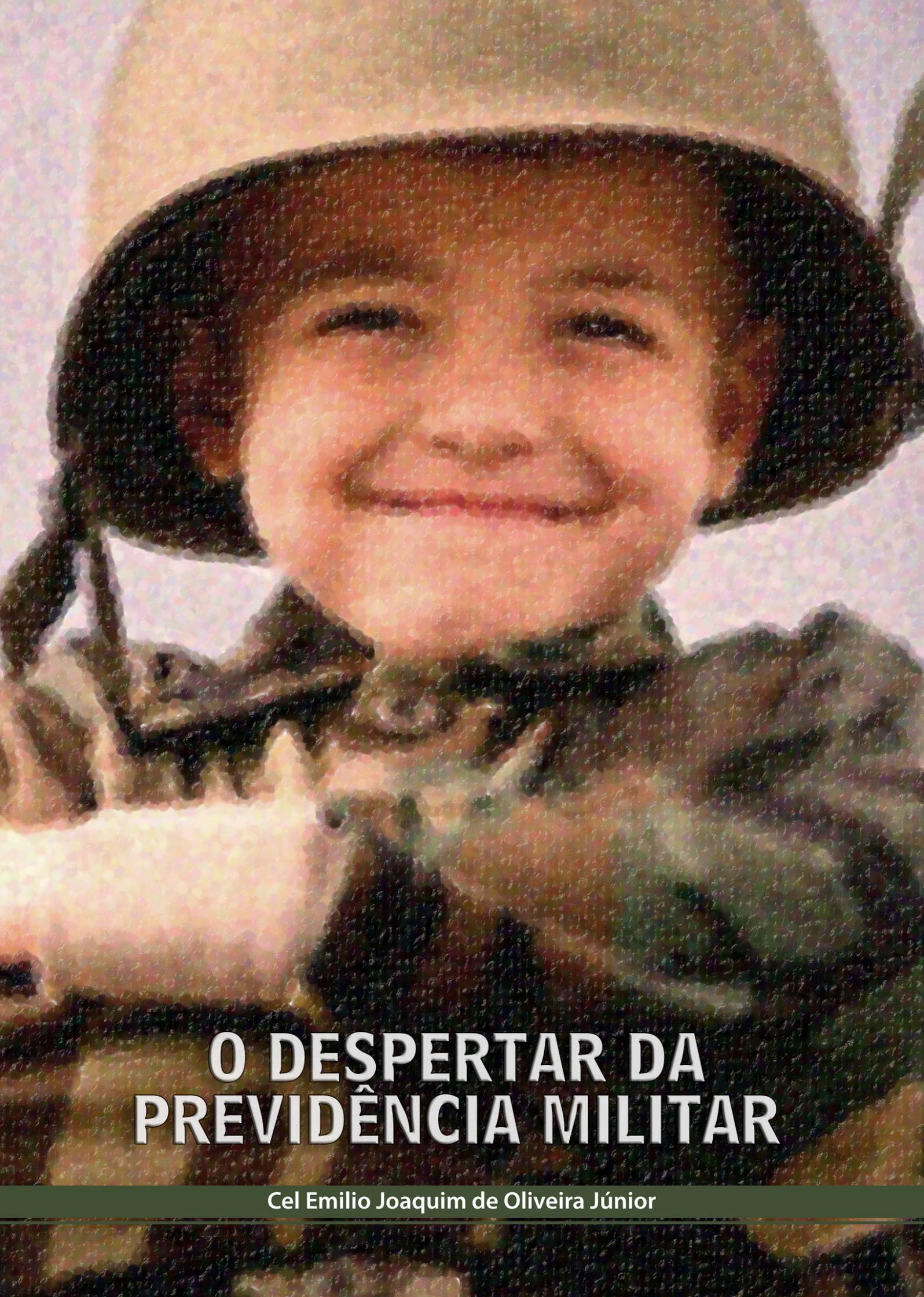
Pensador à frente de seu tempo, Alexis de Tocqueville é autor referencial para analisarmos a fragilidade democrática.

## 12 SEGURANÇA

por Gen Edson de Oliveira Goularte

Seja um ativista da Segurança Pública.





# O DESPERTAR DA PREVIDÊNCIA MILITAR

Cel Emilio Joaquim de Oliveira Júnior

## A SOCIEDADE PREVIDENTE

O homem sempre teve a necessidade de se proteger do perigo, dos acontecimentos imprevisíveis e do desamparo de seus dependentes. Iniciativas de solidariedade e ajuda mútua garantiam, muitas vezes, a subsistência dos necessitados, tais como órfãos, incapacitados ou viúvas. Desse modo, com a tímida aplicação do princípio da mutualidade, começa a história da previdência.

No Brasil, particularmente, o mais antigo referencial de previdência e mutualismo que se tem notícia data de 1543, quando Brás Cubas fundou a Santa Casa de Misericórdia de Santos, criando um fundo de previdência para os seus empregados. O sucesso da ideia serviu como incentivo para que ele a estendesse para outras Santas Casas, como a de Salvador e a do Rio de Janeiro. No período colonial, surgem as sociedades de montepio, oriundas do espírito previdenciário português e organizadas por iniciativa popular sob a forma de Irmandades ou Ordens Terceiras, que mantinham hospitais, asilos, orfanatos e casas de amparo. Eram voltadas não somente aos seus associados, assim como estendiam sua benemerência aos desvalidos de um modo geral.

Em 1795, o Regente D. João VI sanciona o Plano dos Oficiais

da Marinha, que se constituía em legislação pioneira de amparo financeiro aos oficiais reformados e seus herdeiros, os quais, inclusive os pensionistas habilitados, contribuíam com um dia de soldo até o fim de suas vidas. As contribuições sustentavam o próprio sistema implantado. Esse plano previdenciário teve sua existência por mais de um século e, naquele período, assegurava o pagamento de pensões de meio soldo às viúvas dos oficiais falecidos, garantindo-lhes parte do sustento, na ausência de seus cônjuges. Há que se notar, que já naquele tempo, no limiar do século XIX, os fundamentos do mutualismo e da previdência estavam presentes, a demonstrar sua utilidade pública e

**“NO BRASIL, O MAIS ANTIGO REFERENCIAL DE PREVIDÊNCIA QUE SE TEM NOTÍCIA DATA DE 1543, QUANDO BRÁS CUBAS FUNDOU A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.”**

social, servindo de amparo fundamental a inúmeras famílias desamparadas.

Ao longo do século XIX, surgem vários exemplos de previdência no Brasil: entre 1834 e 1838, a Sociedade Musical Beneficência e a Sociedade

Animadora da Corporação de Ourives, ambas organizadas na cidade do Rio de Janeiro, reuniam associados de uma mesma categoria profissional, com o objetivo de custear o funeral dos sócios; repassar mensalidades por incapacidade laboral e conceder pensões para as famílias em caso de falecimento do seu chefe. Em 1835 o Governo Imperial aprovou os Estatutos do Montepio da Economia dos Servidores do Estado, conhecido como MONGERAL, pioneiro entre as entidades de previdência privada no País. Ao final do século, cita-se a aprovação do artigo 15 do Decreto nº 10.269 (1889), que criou a Caixa de Pensões dos Operários da Imprensa Nacional.

## A PROTEÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR: UMA NECESSIDADE

Desde o período colonial, o País viveu uma série de conflitos tanto em seu território como no estrangeiro, havendo a necessidade da existência de instituições militares genuinamente brasileiras para lutar pelas causas nacionais.

Nessa época, ainda não havia uma política de amparo social às famílias dos militares face aos infortúnios causados por guerras, revoluções e conflitos. Na sociedade patriarcal de então, os chefes de família rumavam para o campo

de batalha erguendo seus mosquetões e sabres-baioneta tendo em mente, além da preocupação de sobreviver, também a de não deixar suas famílias sem o mínimo sustento econômico que lhes garantisse a subsistência.

Com vistas a reparar essa lacuna social, surge o Decreto de 4 de janeiro de 1823, onde o Governo Imperial concedeu às viúvas e órfãs de oficiais do Exército mortos nas lutas pela Independência do Brasil o benefício de meio soldo das patentes de seus respectivos maridos ou pais. Aos herdeiros de cabos e soldados o valor do benefício era de um soldo por inteiro. Complementarmente, em 15 de janeiro de 1823, outro Decreto estendeu aos militares da Armada estes mesmos direitos.

Logo a seguir, seguindo essa mesma ideia de amparo social iminente, é criada a 6 de novembro de 1827, por Lei do Governo Imperial, o Montepio Militar dos Oficiais do Exército. Ele estabelecia que as viúvas, filhas solteiras, filhos menores de 18 anos e mães viúvas, nesta ordem, passariam a ter direito a perceberem meio soldo da patente que o militar possuísse ao falecer. A responsabilidade pelo pagamento desse montepio do Exército era integralmente do Estado, não havendo contribuição por parte dos oficiais ou dos

beneficiários, ao contrário do Plano de Montepio dos Oficiais da Marinha.

A partir de 1841, o Governo, reconhecendo a necessidade de regular, ordenar e equiparar as duas instituições militares, baixou algumas normas procurando uniformizar os seus procedimentos. Com isso, é promulgado o Decreto nº 260, de 1841, que mandava organizar, no prazo de um ano, os quadros dos oficiais do Exército e da Armada. A organização desses quadros determinava, entre outras providências, a designação do número de oficiais que devia haver em cada posto, respectivos soldos e gratificações. A partir daí, até 1895, apesar das grandes mudanças vividas pela nação, ocorreram alterações de pequena importância quanto à legislação que regulava as pensões militares.

Em 1890, o novel Governo da República estabeleceu para o Montepio Militar dos Oficiais

do Exército regras iguais ao Montepio dos Oficiais da Marinha, aí incluídas as contribuições e, em 1892, os militares passaram a pagar contribuição tanto para o Montepio, quanto para o meio-soldo. Aqui se observa que o Estado Brasileiro começa a requerer a participação dos militares no custeio da atividade previdenciária, característica que se estende aos dias atuais e que faz da previdência militar de nossos dias uma instituição sustentável, econômica e financeiramente.

Ao cabo do século XIX, a Lei nº 288, de 6 de agosto de 1895, equiparou o montepio dos Oficiais da Armada (1795) aos Oficiais do Exército, unificando as vantagens concedidas às duas instituições quanto ao meio soldo e ao

#### GBOEX v

Fundação do GBOEx, obra de Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, em óleo sobre tela. A empresa foi fundada em 24 de maio de 1913, no Colégio Militar de Porto Alegre.



montepio, corrigindo algumas distorções existentes nas legislações anteriores e estabelecendo a universalidade das contribuições.

Aos poucos, o dever de contribuir para a Pensão de Montepio e o direito de usufruir de seus benefícios foram sendo estendidos aos graduados e praças da Marinha e do Exército, demonstrando com isso o verdadeiro interesse social desse indispensável modelo de assistência social.

Após a proclamação da República, o governo procurou incentivar o movimento de associações e agremiações. Para isso, foram criados regulamentos como o de 1893, que disciplinava o estabelecimento e a organização das associações beneficentes.

Nos primeiros anos do Século XX, sob a presidência do Marechal Hermes da Fonseca, o Brasil vivia tempos de conflitos que caracterizaram a República Velha. Em meio a disputas oligárquicas e rebeliões, surgiam insurreições por todos os cantos de nosso extenso território. Por isso, inúmeras vezes as tropas militares foram chamadas para intervir nas diversas revoltas que eclodiam em vários pontos do território nacional. Era uma época de acontecimentos violentos em um país ainda em formação e em plena luta pelos seus direitos.

Nessa época, os militares costumavam cotizar-se para receber dinheiro e auxiliar algum colega inválido, aposentado em má situação, ou, até mesmo, a viúva de seus camaradas, a fim de complementar os benefícios recebidos da previdência oficial, insuficientes para as necessidades básicas.

Diante dessa situação, alguns militares resolveram agir, planejando a criação de entidades previdenciárias que dessem suporte à classe. Começaram a surgir as primeiras associações com a finalidade de proteger e dar segurança à família militar, especialmente àquelas nas quais os chefes houvessem falecido.

Nesse contexto, em 24 de maio de 1913, com o desafio de amparar a família militar, foi criado, em Porto Alegre, o Grêmio dos Oficiais Reformados, embrião do atual GBOEX – Grêmio Beneficente, entidade privada, sem fins lucra-

tivos, com objetivos estatutários previdenciários pioneiros e inovadores para a época.

A partir do surgimento do GBOEX, outras instituições com o objetivo de prover amparo social em forma de pecúlio foram criadas por militares e outros profissionais. Porém, muitas não subsistiram até os dias de hoje.

Quanto aos direitos e deveres dos militares, observa-se que, a partir de 1940, regulamentos e normas institucionais específicos estabeleceram medidas claras e precisas, tomando por base as peculiaridades da profissão. Essas iniciativas vieram ao encontro de necessidades fundamentais dos militares, proporcionando condições sociais mais

#### **BATALHA DE GUARARAPES v**

Detalhes da obra de Victor Meirelles de Lima - Batalha dos Guararapes, óleo sobre tela (1879) - pintor nascido na antiga cidade do Desterro, hoje Florianópolis, em exposição permanente no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.



dignas para o exercício profissional, uma vez que o assunto, até então, era controverso e pulverizado em numerosos dispositivos legais que discorriam de forma complexa e desorganizada sobre diversos aspectos da carreira.

Nesse particular, nota-se que no Estatuto dos Militares de 1941, por exemplo, figuravam as condições de transferência para a reserva e reforma, limites de idade para a reforma, remuneração na inatividade, benefícios de caráter assistencial e outros direitos.

Cabe comentar ainda que, nessa época, existiam três tipos de pensões destinadas à família militar. A pensão de montepio, de caráter contributivo; a pensão conhecida como meio-soldo, de caráter não contributivo; e a pensão especial, que substituíria as duas já citadas, em caso de falecimento do militar da ativa, em virtude de acidente em serviço ou moléstia nele adquirida, em campanha ou em consequência de agressão inimiga.

Surgiu como um aperfeiçoamento legal a Lei nº 3.765, de 1960, que unificou as pensões de montepio, meio soldo e especiais criando apenas um benefício conhecido até hoje como Pensão Militar. Esse estatuto instituía a uniformidade de tratamento nas Forças Armadas e estabelecia a uni-



versalidade das contribuições. Apesar do caráter contributivo, percebe-se, hoje, a preocupação do Governo em evitar o uso da expressão “previdência militar”, preferindo continuar designando a contribuição previdenciária dos militares como Contribuição para Pensão Militar, possivelmente devido à particularidade de que



**HERMES DA FONSECA ^**

Sob a presidência do Marechal Hermes da Fonseca, o Brasil vivia tempos de conflitos que caracterizaram a República Velha. O país ainda estava em formação e em plena luta pelos seus direitos.

#### **PRECAUÇÃO ^**

Desde cedo começaram a surgir as primeiras associações com a finalidade de proteger e dar segurança à família militar, especialmente àquelas nas quais os chefes houvessem falecido.

todos os militares (ativos e inativos) já contribuía para a Pensão Militar e a alteração da sua denominação levaria a um antigo debate sobre a contribuição de inativos para a previdência, que é de todo indesejado em face de algumas derrotas governamentais sofridas com relação à contribuição dos funcionários civis da União.

#### **A PREVIDÊNCIA MILITAR – UM SENTIMENTO DE PROTEÇÃO**

A preocupação em amparar a família militar, face aos infortúnios da profissão, ganhou ênfase após a Independência do Brasil, particularmente em razão da necessidade de fortalecimento das instituições

militares. Pois, uma profissão que exige dedicação exclusiva e que pressupõe inclusive o sacrifício da própria vida, justifica o surgimento de políticas e sistemas específicos de amparo e proteção à classe e, sobretudo, aos familiares.

Por outro lado, as iniciativas de previdência privada surgidas no Brasil funcionam como uma necessária complementação à previdência oficial, uma vez que esta está diretamente ligada aos distintos níveis salariais, hoje contidos e controlados pelo Governo.

Tanto os militares como os demais servidores buscam cada vez mais complementar sua proteção previdenciária como forma de suprir uma lacuna que o Estado Brasileiro, em virtude da sobrecarga gerada pelo envelhecimento da população, não pode preencher. Assim, a previdência complementar é, sobretudo, uma necessidade.

Ao término dessa breve síntese histórica da Previdência Militar, cabe salientar, de forma conclusiva que todas as iniciativas previdenciárias até aqui surgidas originam-se do sentimento humano mais remoto de proteção face às incertezas e eventuais infortúnios futuros.

## Referências:

Evolução Histórica da Previdência Social no Brasil e no Mundo – [www.conteudojuridico.com.br](http://www.conteudojuridico.com.br)

Evolução Histórica da Previdência Social – [www.ambitojuridico.com.br](http://www.ambitojuridico.com.br)

História da Previdência – Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV): [www.ieprev.com.br](http://www.ieprev.com.br)

GBOEX 100 Anos – Karla Viviane e Nathalia Rech – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013

História Universal do Seguro – [www.historiadosseguro.com](http://www.historiadosseguro.com)  
Previdência Privada – Filosofia, Fundamentos Científicos e Conceituação Jurídica

Póvoas, Manoel S. Soares (1985)

Remuneração e Previdência dos Militares – [www.conint.com.br](http://www.conint.com.br)

Site oficial do Ministério da Previdência Social: [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)



### SOBRE O AUTOR

**Emilio Joaquim de Oliveira Júnior** é Coronel R1 do Exército Brasileiro. Curso a Turma de 1973 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) - Arma de Comunicações, Membro Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB/RS). Comandou o 3º Batalhão de Comunicações e foi Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Trabalha em empresa de previdência.



# Tocqueville: O Profeta da Democracia Moderna

**Alcides Leite**

**A**lexis de Tocqueville, pensador francês de origem aristocrática, foi dos primeiros a vislumbrar as profundas mudanças sociais, políticas e econômicas que o mundo ocidental experimentaria ao longo dos séculos XIX e XX.

Mudanças como o fim da aristocracia, o fortalecimento da burguesia, a emergência do sistema democrático e a urbanização da população. Frutos do pensamento iluminista e da Revolução Industrial, estas mudanças, que transformaram as sociedades e as instituições, tiveram como marcos iniciais a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos.

Atento aos acontecimentos históricos e sensível às mudanças que estes acontecimentos poderiam gerar, Tocqueville, na primeira metade do século XIX, já previa a ascendência político-econômica dos Estados Unidos e as dificuldades que a democracia iria enfrentar na Europa. Com décadas de antecipação, ele já falava do agravamento dos problemas raciais e da possibilidade de eclosão de uma guerra civil nos Estados Unidos, do risco de implantação de regimes autoritários na Europa, do surgimento de duas grandes superpotências (Estados Unidos e Rússia) e da deterioração dos valores morais da sociedade capitalista.

De uma forma geral, em pleno século XIX, Tocqueville parecia já estar vivendo no século XX. Talvez por isso seus escritos alternem uma visão entusiástica e otimista da evolução da humanidade com momentos de lamento e pessimismo em relação às ameaças que esta mesma evolução poderia trazer.

A experiência adquirida em sua passagem pela atividade política francesa deu, porém, a Tocqueville uma visão mais realista do ritmo das mudanças e da capacidade dos atores políticos no processo de implantação das mesmas. A burocracia, a baixa qualificação dos políticos e a carência de grandes ideais no seio da população, tornariam mais lento e mais difícil o caminho para a democracia na França.

Mas, apesar das recaídas, Tocqueville manteve a confiança no ser humano e na sua capacidade de adaptação às mudanças. Para o pensador francês, a sociedade, ainda que por caminhos tortuosos, faz prevalecer a tendência ao progresso material e à defesa das liberdades individuais e coletivas (grifo do Editor).

Como costuma acontecer com os visionários, que parecem viver à frente de seu tempo, Tocqueville caiu em esquecimento durante um longo período. A sua crença no progresso da sociedade democrática entrou em confronto com os acontecimentos políticos do século XIX.

O crescimento das desigualdades, gerado pelo desenvolvimento do sistema capitalista, fez com que muitos analistas classificassem como ingênuo e utópico o pensamento tocquevilleano. Mas com a sucessão de catástrofes na primeira metade do século XX, tais como

as duas guerras mundiais, a depressão econômica e a ascensão do fascismo na Europa, as obras de Tocqueville foram reabilitadas, e as suas recomendações sobre os perigos que a democracia poderia enfrentar, passaram a ser consideradas premonitórias.

A reabilitação de Tocqueville coube principalmente ao trabalho de um dos maiores intelectuais franceses do século XX. Foi Raymond Aron, o primeiro a colocar Tocqueville no panteão dos grandes pensadores modernos. Em seu livro, "Etapas do Pensamento Sociológico", Aron considera Tocqueville como um dos fundadores da Ciência Sociológica, junto com Montesquieu, Comte e Marx. Aron, no entanto, diferencia o objeto de estudo e o método analítico de Tocqueville daquele usado por Comte e Marx. Diz Aron:

*"em vez de dar preponderância ao fato industrial como Comte, ou ao fato capitalista, como Marx, Tocqueville atribui primazia ao fato democrático. (...) Tocqueville parte da determinação de certos traços estruturais das sociedades modernas para a comparação das diversas modalidades dessas sociedades. Comte observava a sociedade industrial e, sem negar que ela comporta diferenças secundárias, de acordo com as nações e os continentes, acentuava as características comuns a todas as sociedades industriais. Tendo definido a sociedade industrial, pensava ser possível, a partir dessa definição, indicar as características da organização política e intelectual de qualquer sociedade industrial. Marx definiu o regime capitalista e descre-*

*veu certos fenômenos que, segundo ele, seriam encontráveis em todas as sociedades capitalistas. Comte e Marx concordam, portanto, quando insistem nos traços genéricos de toda a sociedade, seja industrial, seja capitalista, subestimando, contudo, a margem de variação da sociedade industrial ou do regime capitalista. Tocqueville, ao contrário, constata certas características associadas à essência de toda sociedade democrática, mas acrescenta que, a partir desses fundamentos comuns, há uma pluralidade de regimes políticos possíveis. As sociedades democráticas podem assumir características distintas nos Estados Unidos e na Europa, na Alemanha e na França. Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência; procura identificar o que é importante, confrontando espécies de sociedade pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo".*

Ao longo de sua vida, Tocqueville escreveu dois livros seminais: "A Democracia na América" e "O Antigo Regime e a Revolução". O primeiro, escrito na juventude, mostra as características sociais e políticas da sociedade americana e o segundo, escrito na idade madura, discorre sobre os principais traços da Revolução Francesa de 1789. O primeiro é resultado de um trabalho de campo, típico de um pesquisador. É analítico-descritivo. O segundo busca comprovar uma tese: as principais características atribuídas à Revolução Francesa já estavam presentes na França antes da Revolução.

Um terceiro livro, "Souvenirs" que descreve as experiências

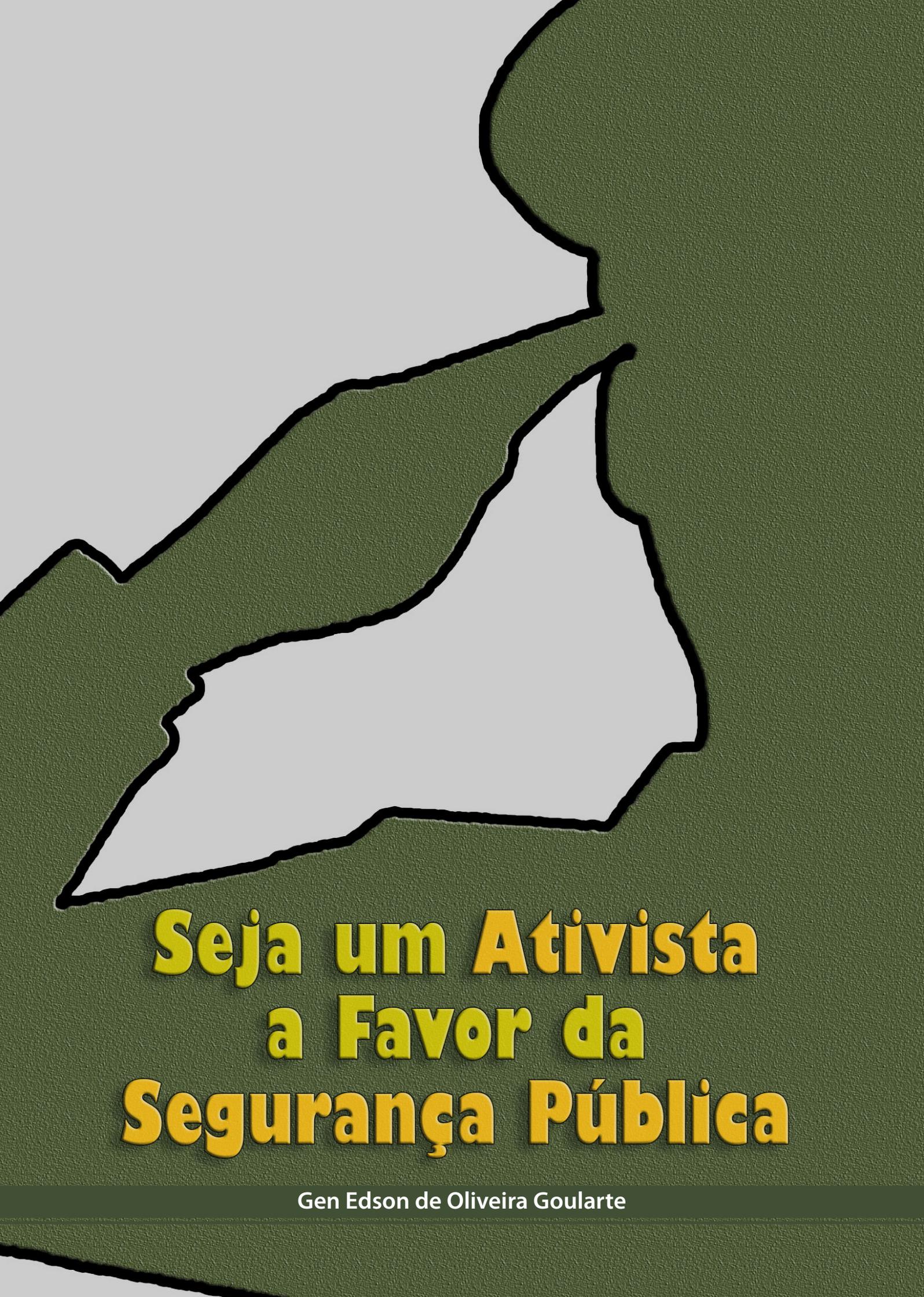
vividas pelo autor na sua carreira política, e uma infinidade de artigos, análises, entrevistas, e outras contribuições foram posteriormente compilados e publicados, muitos deles postumamente.

Da obra de Tocqueville podemos conhecer o pensamento daquele que merece ser chamado de O Profeta da Democracia Moderna. Um pensador que, vivendo numa época de grandes paixões ideológicas, conseguiu manter-se sóbrio e equilibrado.

Um pensador otimista, mas não utópico; idealista, mas não dogmático; simples e ao mesmo tempo profundo, brilhante e honesto intelectualmente. Ele recuperou a crença na democracia que havia sido corroída pelos desmandos da Revolução Francesa. Desmandos baseados no ideal totalitário dos Rousseauianos que confundiram democracia com democratismo.

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário recorrer ao pensamento de Tocqueville, especialmente na América Latina, onde a jovem e frágil democracia ainda corre sérios perigos.

O autor, Alcides Leite, é Economista e Professor da Trevisan Escola de Negócios.



**Seja um Ativista  
a Favor da  
Segurança Pública**

Gen Edson de Oliveira Goularte

No momento em que TODA a Sociedade Brasileira, Governantes e Governados, compreenderem o real significado do Art. 144 de nossa Constituição que diz "A Segurança Pública é um DEVER do ESTADO, DIREITO E RESPONSABILIDADE de TODOS" e não somente isso, mas efetivamente adotar ATITUDES e PROCEDIMENTOS que o materializem e reverta o atual estágio de crescimento da Violência e da Criminalidade que estamos submetidos, luzes de esperanças se acenderão iluminando nossos dias com mais paz e tranquilidade.

Há que se reconhecer o enorme esforço despendido pelo Poder Público nas suas três esferas de atuação, Federal, Estaduais e Municipais e a própria sociedade, em recursos financeiros para dotar a população de modo geral com mais proteção e segurança. Só que a realidade dos números da Estatística Criminal nos mostra o quão distante continuamos da desejada e merecida paz social.

Para que o "milagre" aconteça só existe um caminho, JUNÇÃO TOTAL DE ESFORÇOS, mediante o estabelecimento de um PACTO NACIONAL entre TODOS que possam contribuir para a resolução do problema, com OBJETIVOS, METAS, PRAZOS e RECURSOS previamente definidos. Ninguém poderia ficar de fora dessa empreitada que terá caráter nacional. Creio que esse seja o PASSO DECISIVO que estaria faltando nos tempos atuais para o melhor enfrentamento da questão (IN) SEGURANÇA PÚBLICA.

Enquanto esse dia não chega não podemos e nem devemos assistir a situação se deteriorando, sem fazermos nada,



pois o prejuízo sempre será nosso. Estou convencido que ainda há espaço para AÇÕES E PROCEDIMENTOS no plano de nosso comportamento individual e coletivo, que uma vez adotados poderão tornar nossas vidas mais tranquilas no dia-a-dia de nossas atividades e nos fazer mais PROTAGONISTAS E ATIVISTAS A FAVOR DA SEGURANÇA PÚBLICA, na incessante busca de um bem que tanto desejamos: MAIOR E MELHOR PROTEÇÃO.

No plano individual a simples adoção das três recomendações abaixo já mudaria, a nosso favor, significativamente a presente situação:

1. MANTER-SE INFORMADO das principais situações (O QUE, ONDE, COMO E QUANDO) que nos trazem mais riscos pessoais e patrimoniais;
2. GUARDAR MAIS ATENÇÃO quando em presença dessas situações;
3. ORIENTAR as pessoas do nosso convívio, familiar ou profissional, desses riscos. Processo educativo.

No plano coletivo também cabem algumas recomendações para fortalecer nosso sistema de proteção.

1. DISPONIBILIZAR-SE ou COLABORAR, no que for possível, com as atividades de Grupos, Associações ou Entidades que se preocupam com a melhoria da segurança local, nos seus mais variados aspectos;

2. Sendo a questão da Violência e da Criminalidade relevante e prioritária para a sociedade, por ocasião dos pleitos eleitorais DAR TOTAL ATENÇÃO na seleção dos candidatos que verdadeiramente possam nos representar nessa importante questão e não somente isso que possam dar soluções aos problemas apresentados. O que mais precisamos é de paz e tranquilidade para desenvolvermos a pleno nossas potencialidades.

Creio finalmente que com essas simples e possíveis providências no plano individual e coletivo estaríamos dando uma valiosa contribuição para a melhoria de nossa própria SEGURANÇA e por que não dizer a SEGURANÇA PÚBLICA como um todo, pois como bem sabemos independente de outros fatores, é sobre nossa DESATENÇÃO que repousa muitas vezes o sucesso da ação do marginal. PENSEM NISSO COM CARINHO.

Porto Alegre, RS, 15 de Janeiro de 2014.

**General de Brigada Edson de Oliveira Goularte**  
Ex-Secretário de Estado da Segurança Pública do RS



## A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A AHIMTB/RESENDE – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;

- A AHIMTB/Distrito Federal – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;

- A AHIMTB/Rio de Janeiro – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;

- A AHIMTB/Rio Grande do Sul – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis; e

- A AHIMTB/São Paulo – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.

## O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Para visualização, recomendamos o uso de um leitor de PDF atualizado (ADOBE Reader ou equivalente, versão 5.0 ou superior) com as opções do Menu **View**, ítem **Page Display**, **Two Page View**, **Show Gaps Between Pages** e **Show Cover Page in Two Pages View** ligadas. Dessa forma, o informativo será exibido na forma projetada.

Caso seu programa esteja em Português, escolha no Menu **Visualizar**, o ítem **Exibir Página**, clique em **Exibição em Duas Páginas** e **Exibir Página de Rosto em Exibição em Duas Páginas**.



O **Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis** é responsável pelo projeto gráfico e pelo design do informativo **O Tuiuti**, do que muito se orgulha.

Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem, como missão, levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade. Nossa postura é absolutamente independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural. Mais informações no endereço [www.nucleomilitar.com](http://www.nucleomilitar.com)



# AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR  
TERRESTRE DO BRASIL / RS

